

TOMÁS DE AQUINO

(1225-1274)



Texto de apresentação e notas:

Alfredo Storck

*Universidade Federal do Rio Grande
do Sul – UFRGS e CNPq*

***Tradução do original latim
(especialmente para esta
edição) e notas:***

Alfredo Storck

*Universidade Federal do Rio Grande
do Sul – UFRGS e CNPq*



TOMÁS DE AQUINO E O PENSAMENTO POLÍTICO MEDIEVAL

A VIDA

O mundo medieval era formado por três tipos de pessoas: os nobres, que dedicavam suas vidas aos combates, os servos, que trabalhavam a terra, e os religiosos, que se dedicavam à vida espiritual. **TOMÁS DE AQUINO** é certamente um homem desse tempo. Nasceu por volta do ano 1225 na cidade de Aquino, Itália. Filho de nobres, aos cinco anos foi mandado pelo pai para servir a ordem religiosa dos beneditinos em Monte Cassino, pois seu pai tinha a expectativa de vê-lo abade. Mas esses planos foram frustrados quando Tomás, estudante na Universidade de Nápoles, ingressa na ordem dos dominicanos. Para fazê-lo mudar de ideia, sua família raptou-o, prendendo-o durante um ano. Conta-se que uma prostituta foi contratada para fazer com que o jovem quebrasse seus votos de castidade, mas Tomás teria-a expulsado e permanecido fiel à fé. A família acabou por permitir que ele seguisse seu caminho. Voltando aos dominicanos, foi estudar junto a Alberto Magno em Paris e Colônia. Em 1256, recebeu o título de Mestre da Universidade de Paris e tornou-se professor. Lecionou em Paris, Nápoles, Orvieto, Roma e Viterbo. Em 1273, sofreu um ataque que o impediu de continuar a escrever. Poucos

meses depois, em 7 de março de 1274, morre a caminho do Consílio de Lyon, provavelmente como resultado da doença ou de uma queda do cavalo em que viajava (sinal já de fraqueza, pois os dominicanos eram normalmente proibidos de viajar a cavalo) após ter batido a cabeça em um galho de árvore.

Em virtude de seu processo de canonização, chegaram-nos diversas histórias a seu respeito. Por exemplo, conta-se que Tomás era um homem muito grande e belo a tal ponto que, quando viajava a pé entre as diversas cidades em que morou, a população dos campos corria para admirá-lo. Por seu tamanho e por ser uma pessoa quieta, foi apelidado por seus colegas de “boi mudo da Sicília”. Tomás teve cinco irmãs. A primeira tornou-se abadessa. As outras três casaram-se com nobres. A quinta morreu bastante nova, fulminada por um raio enquanto dormia. Diz-se que Tomás estava dormindo a seu lado, mas escapou ileso.

A reputação de Tomás não causou sempre unanimidade. Suas teses foram atacadas e parece inclusive que um processo de condenação de suas teorias teria sido iniciado em 1277, mas interrompido em virtude da eleição de um novo papa e da forte reação política de seus confrades e alunos. Em 1323, foi considerado Santo pela Igreja Católica e, a partir de 1557, passou a ser designado *Doutor Angélico* e considerado a maior autoridade da teologia católica.

A OBRA

A obra de Tomás de Aquino é típica de um professor universitário medieval. Portanto, antes de abordá-la, lembremos alguns aspectos dessa instituição surgida durante a Idade Média. De início, por volta de 1150, a universidade consistia em um conjunto de colégios, normalmente fundados por professores que detinham autoridade sobre eles. Em alguns casos, eram os alunos que se reuniam, formavam o colégio e contratavam os professores. Em sua acepção original, o termo latino *universitas* significa a “corporação ou associação” de colégios. No início do século XIII, diversos conflitos surgem e levam o papa Gregório IX, em 1231, a estabelecer regras para o funcionamento das universidades, como alguns privilégios para os estudantes, mas também a obrigatoriedade de não portarem armas. As universidades medievais não eram apenas estabele-

cimentos de ensino superior, podendo às vezes incluir o ensino primário e secundário. A duração variava, mas normalmente era necessário, em um primeiro momento, cursar a Faculdade de Artes (dos 14 aos 20 anos de idade). O percurso terminava em um dos três ramos: medicina, direito e teologia. As principais universidades do século XIII são Montpellier (medicina), Bolonha (direito) e Paris e Oxford (teologia).

Durante seu percurso na Faculdade de Artes, o aluno estudava basicamente as ciências de origem greco-árabe, como as matemáticas, a física e a lógica. As obras de Aristóteles, redescobertas e traduzidas do grego desde a segunda metade do século XII, eram o núcleo desses estudos, a despeito de terem sido diversas vezes proibidas, sem que professores e alunos levassem as interdições muito a sério. Na Faculdade de Teologia, na qual Tomás completou sua formação, os estudos centravam-se no comentário da Bíblia, obra sagrada que continha uma explicação para origem do mundo e diversas regras morais que os cristãos deveriam obedecer para alcançarem a salvação.

Se olharmos para os escritos de Tomás de Aquino, veremos que eles se dividem em vários grupos. Comentários, ou explicações linha a linha das obras de Aristóteles (*Física, Metafísica, obras lógicas* etc.), comentários aos livros da Bíblia e opúsculos. Assim, as obras do primeiro grupo ligavam-se a temas tratados na Faculdade de Artes, as do segundo pertenciam à Faculdade de Teologia, enquanto as do terceiro eram escritos polêmicos ou destinados a um público específico. O texto que iremos ler é precisamente um excerto de um opúsculo dedicado ao Rei da ilha de Chipre. Durante a terceira cruzada, o rei inglês Ricardo Coração de Leão conquistou a ilha e a entregou a ordem dos Templários que a vendeu. Em 1247, o papa concede dignidade especial ao reino de Chipre. Seu rei, Henrique I, morre em 1253, sendo sucedido por seu filho, Hugo II, morto em 1267. A obra é provavelmente dedicada ao jovem Hugo II. Todavia, a morte prematura do novo rei faz com que Tomás interrompa o escrito sem nunca o completar, pois esse parece ter perdido seu principal destinatário.

AS PRINCIPAIS TESES

Durante a Idade Média, eram comuns obras que se intitulavam

“Espelhos dos Príncipes”, ou seja, que continham conselhos e preceitos morais destinados a mostrar o caminho a ser seguindo por um rei para bem governar. Como o nome indica, a obra era um espelho no qual se achava refletida a imagem de um rei perfeito. O opúsculo *A realeza* de Tomás de Aquino pode ser colocado nessa tradição literária que surge no mundo antigo e que perdurará até o período moderno. O escrito de Tomás é, portanto, uma obra pedagógica de cunho moral cuja função é servir de auxílio à educação de um novo rei. Mas para que o rei entenda como deve ser a sua formação, ele precisa compreender, primeiramente, por que ele reina e quais são os deveres que ele possui. Em outras palavras, como o próprio Tomás faz questão de sublinhar, o rei deve entender “a origem da realeza e as coisas que pertencem ao ofício do rei”. Para explicá-las, Tomás empregará três tipos de argumentos, citando constantemente “a autoridade da divina Escritura, os ensinamentos dos filósofos e os exemplos dos príncipes mais dignos de louvor”. É fácil entender por que Tomás age assim. Em primeiro lugar, dada a imensa força da religião cristã durante a Idade Média, fazia todo sentido justificar a origem da autoridade entre os homens como baseada na Bíblia e nos ensinamentos cristãos. O rei que pensasse ter sido o seu poder conferido por Deus, certamente acreditaria também que ele deve governar como um bom servidor de Cristo. Por essa razão, encontraremos no opúsculo diversas citações da Bíblia que iremos identificar. Em segundo lugar, Tomás faz referência aos filósofos, sobretudo a Aristóteles. De fato, as obras do filósofo grego, acompanhadas de seus intérpretes árabes e judeus, continham as bases de todo conhecimento científico da época. Apelar a Aristóteles significava, portanto, justificar racionalmente a autoridade do rei e apresentar as razões pelas quais é necessário que o rei governe de um certo modo e não de outro. Em terceiro lugar, Tomás faz referência aos príncipes mais dignos de louvor. Isso aparece no opúsculo quando o autor cita eventos da história de Roma, o que é perfeitamente explicável pela grandeza memorável do Império Romano, mas também pelo fato desse mesmo império ter-se esfacelado em virtude de não ter, segundo acreditavam os medievais, respeitado certas regras morais de conduta, justamente as regras que o bom rei cristão deveria obedecer. As citações de eventos da história romana são também um traço constante no pensamento político medieval que perdurará até o período moderno.

As perguntas filosóficas que Tomás de Aquino pretende responder nesse opúsculo são as seguintes: 1) qual a origem da autoridade entre os seres humanos? e 2) como ela deve ser exercida por aquele que a detém? A primeira pergunta indaga se nós, enquanto seres humanos, precisamos de alguém que nos governe. Trata-se de saber, portanto, se não poderíamos viver isoladamente sem reconhecer a autoridade e o poder de ninguém superior a nós. A segunda pergunta é posterior à primeira uma vez que, supondo a demonstração prévia da necessidade da autoridade, questiona os limites de seu poder e formas para o seu correto exercício.

A resposta à primeira questão tem por ponto de partida uma análise da condição natural humana. Tomás aceita que somos seres que, como todos os animais, necessitam de coisas ou bens para viver. O que nos diferencia dos demais animais é o fato de usarmos a racionalidade para a obtenção desses bens. Agimos guiados pela razão, ou seja, criamos planos e projetos para alcançar o que buscamos e os realizamos ao longo de nossas vidas. Mesmo assim, afirma Tomás, há um limite para o que podemos isoladamente alcançar. Se agirmos apenas de maneira solitária, os bens que produziremos não serão suficientes para vivermos. Necessitamos, portanto, de outras pessoas para viver, pois é com o auxílio delas que obtemos o que precisamos para bem viver. Observe-se que não se trata apenas de viver no sentido de sobreviver. O importante é o bem viver, ou seja, o desesenvolvimento de nossos talentos e capacidades pessoais pelos quais nos realizamos e alcançamos nossa felicidade.

Para Tomás, o fato de que somos seres que falam é uma evidência do caráter social humano. Através do uso da linguagem, transmitimos aos demais informações sobre nós mesmos, sobre nossos sentimentos e necessidades, descrevemos como o mundo é e elaboramos, trocando informações, projetos comuns que podem ser executados em grupo. A linguagem é o meio de comunicação que nos permite agir coletivamente e, assim, alcançar o que não teríamos sozinhos. Dito de outro modo, a cooperação é um traço fundamental para o ser humano que o leva a viver em coletividade. A sociedade é um complexo sistema de cooperação no qual o trabalho de cada um poderá reverter para o bem de todos. Tomás exprime essa tese ao afirmar que somos naturalmente animais sociais e políticos. Somos, por natureza, seres que vivem em grupo e cooperam,

precisando, para isso, de regras que regulem a vida social. Toda cooperação exige regras, pois, para que ela funcione, é preciso que a tarefa que cada um executa seja bem definida. Mas quem estabelece essas regras? Justamente a figura da autoridade. A autoridade surge como a instância de regulação da cooperação social. Ela estabelecerá as regras do convívio e atuará de modo a que o resultado da cooperação seja a possibilidade de que cada um alcance o bem que busca, ou seja, a boa vida ou a felicidade. E assim como o indivíduo age em busca de um fim, o seu próprio bem, também a sociedade trabalha para a obtenção de um fim, o bem comum. Em suma, a autoridade surge para regradar a cooperação social, proporcionar que a sociedade funcione corretamente, produzindo o bem comum, e abrir a possibilidade da realização pessoal. Ao falarmos de cooperação, convém deixar claro que Tomás não desconhece o fenômeno da violência ou de que alguns seres humanos procuram tirar vantagem dos outros. Ao contrário, a violência, segundo ele, existe e deve ser controlada, pois é o principal fator de desregramento social. A violência afasta as pessoas e gera facções que competem e não mais cooperam. A violência é, portanto, uma das principais causas de esfacelamento dos laços sociais de tal modo que um dos principais objetivos da autoridade deve ser a sua eliminação e a busca da paz social.

A resposta à segunda questão levantada acima depende de que reconheçamos que uma sociedade (no caso medieval, uma cidade ou reino) tem por objetivo o bem comum, alcançado pela cooperação e convivência pacífica dos seus membros. Ora, o fundamental é que o bem comum seja desfrutado por todos. Sendo assim, é possível conceber dois tipos de regimes ou modos de exercício da autoridade: aqueles regimes que se preocupam em efetivamente realizar o bem comum e aqueles em que os governantes desviam para si o bem comum, tomando para si o produto da cooperação social. Os regimes do primeiro tipo serão considerados boas formas de governo. Os do segundo, formas corrompidas. Podemos ainda supor que a autoridade (tanto a boa quanto a corrompida) seja exercida por uma pessoa, por poucas ou por muitas. O resultado são seis formas de governo que Aristóteles, em sua *Política*, classificou do seguinte modo: realeza, aristocracia, politia, democracia, plutocracia e tirania. Segundo Tomás, a realeza é a concentração da autoridade nas mãos de

um só, mas de modo que o bem comum seja alcançado. Essa seria, como vemos ao ler o opúsculo, a melhor forma de governo, opondo-se diretamente à pior, ou seja à tirania. Assim, o objetivo da obra será ensinar ao rei como ele deve agir para, buscando o bem comum, evitar tornar-se um tirano. Todavia, caso isso ocorra, é possível destituí-lo do poder. Para Tomás, essa seria uma tarefa a ser executada não por uma única pessoa, mas pela coletividade, pois é ela que está na origem do surgimento da autoridade. O bom rei, ou o bom governante, é, portanto, aquele que age procurando o bem comum da coletividade e fazendo com que seus membros cooperem. Como já dissemos, Tomás de Aquino não terminou o opúsculo. Ele foi completado por seus discípulos. Leremos abaixo apenas partes do Livro I e o início do Livro II, escritos pelo próprio Tomás.

SUGESTÕES DE LEITURA:

PRINCIPAIS OBRAS DE TOMÁS DE AQUINO TRADUZIDAS PARA O PORTUGUÊS

AQUINO, Tomás de. *O ente e a essência; Questões discutidas sobre a verdade; Súmula contra os gentios; Compêndio de Teologia; Súmula Teológica* (seleção). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OBRA SOBRE TOMÁS DE AQUINO (EM PORTUGUÊS)

TORRELL, J-P. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino: Sua pessoa e obra*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

PARA UMA INTRODUÇÃO GERAL À FILOSOFIA MEDIEVAL:

DE LIBERA, A. *A Filosofia Medieval*. São Paulo: Loyola, 2004.

DE LIBERA, A. *Pensar a Idade Média*. São Paulo: Editora 34, 1999.

SITE:

<http://www.corpusthomicum.org/>

Este site contém todas as obras de Tomás de Aquino em suas principais edições.

<http://www.abelard.paris-sorbonne.fr/>

Site de referência com diversos links para obras e pensadores medievais, eventos internacionais e ampla bibliografia.

A REALEZA: DEDICADO AO REI DE CHIPRE¹

PRÓLOGO

Pensando em que poderia oferecer que fosse digno de vossa Alteza Real e condizente com minha profissão e ofício, pareceu-me que o mais apropriado que eu poderia oferecer a um rei seria escrever-lhe um livro no qual apresentasse cuidadosamente a origem da realeza e as coisas que pertencem ao ofício de rei, segundo a autoridade da divina Escritura, os ensinamentos dos filósofos e os exemplos dos príncipes mais dignos de louvor, valendo-me de minha inteligência e confiando, para o início, o progresso e a execução dessa obra, naquele que é o Rei dos reis, Senhor dos senhores e pelo qual os reis governam: Deus, grande Senhor e Rei supremo de todos os reis.

¹ A tradução foi feita a partir do texto latino: *Sancti Thomae de Aquino, De regno ad regem Cypri*. Disponível em: <http://www.corpusthomisticum.org/>. Este site contém todas as obras de Tomás de Aquino em suas principais edições. Para a tradução inglesa do *De Regno*, consulte-se: AQUINAS, T. *On kingship, to the King of Cyprus*. Translation by Gerald B. Phelan. Rev. with introd. and notes by I. Th. Eschmann. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1949.

LIVRO I

Capítulo 1: O significado da palavra rei

Começemos nosso propósito apresentando o que se deve entender pela palavra rei. Com efeito, em todas as coisas que se ordenam a um fim que pode ser alcançado de diversos modos, faz-se necessário algum dirigente para que se possa alcançar o fim do modo mais direto. Por exemplo, um navio, que se move em diversas direções pelo impulso de ventos opostos, não chegará ao seu fim de destino se não for dirigido ao porto pela habilidade do comandante. Ora, o ser humano possui um fim para o qual estão ordenadas toda a sua vida e ações, pois ele age pelo intelecto o qual opera manifestamente em busca de um fim. Os seres humanos usam, contudo, diversos modos para alcançar um fim proposto, como o mostra a diversidade das ações e propósitos humanos. Sendo assim, eles precisam de um dirigente que os guie para o fim.

Todo ser humano possui naturalmente em si a luz da razão que o dirige em suas ações para um fim. Assim, se ele pudesse viver solitariamente, como ocorre com muitos animais, não precisaria de um dirigente que o guiasse. Cada um seria um rei para si mesmo, abaixo de Deus, Rei supremo, uma vez que dirigiria a si mesmo em seus atos através da luz da razão que lhe foi concedida pela divindade. Todavia, mais do que para qualquer outro animal, é natural para o ser humano ser um animal social e político, ou seja, viver junto a muitos, como o demonstra a necessidade natural. Com efeito, no caso dos demais animais, a natureza preparou-lhes a comida; como vestimento, proveu-os de pelos; para sua defesa, doutou-os de dentes, chifres, unhas ou ao menos de velocidade para fuga. Mas a natureza não doutou o ser humano dessas coisas. Ao invés disso, foi-lhe dada a razão que o habilita a preparar tudo isso com suas mãos. Porém, como um único ser humano não é suficiente para fazer todas essas coisas, então um ser humano sozinho não pode levar, de maneira suficiente, sua vida. Logo, é natural ao ser humano que ele viva em sociedade junto a muitos.

Além disso, os demais animais possuem de forma inata a capacidade para discernir naturalmente o que lhes é útil ou nocivo, tal como

a ovelha considera naturalmente que o lobo é um inimigo. Alguns animais conhecem, por uma capacidade natural, certas ervas medicinais e outras coisas necessárias a suas vidas. Já o ser humano possui apenas um conhecimento natural e geral das coisas necessárias a sua vida, na medida em que pode alcançar o conhecimento das coisas singulares raciocinando a partir de princípios naturais. Não é possível, porém, que um único ser humano alcance, por meio de sua razão, o conhecimento de tudo isso. Faz-se, portanto, necessário que ele viva junto a outros e que se ajudem mutuamente, alguns ocupando-se da descoberta de certas coisas e outros de outras. Por exemplo, alguns devem dedicar-se à medicina, outros à alguma outra disciplina e assim por diante. Isso torna-se ainda mais evidente por ser próprio ao ser humano o uso da linguagem pela qual alguém pode comunicar completamente suas concepções a outrem. Já os demais animais exprimem seus sentimentos aos outros apenas de modo geral, como o cachorro exprime sua ira latindo e outros animais o fazem ainda de diversos modos. O ser humano é o mais comunicativo dos animais que vivem em grupo, como o grou, a formiga e a abelha. Foi considerando isso que Salomão afirmou: *“É melhor ser dois que um, pois possuem assim a vantagem da mútua companhia”*².

Se é, portanto, natural ao ser humano viver em sociedade junto a muitos, é necessário haver entre eles alguém pelo qual a coletividade seja governada. Com efeito, se houvesse uma coletividade de seres humanos, cada qual preocupado com seu próprio interesse, essa coletividade dispersar-se-ia em diversas partes, a não ser que houvesse alguém preocupado com aquilo que pertence ao bem dela. Da mesma maneira, o corpo do ser humano ou de qualquer outro animal desmembrar-se-ia caso não houvesse uma força retora comum presente nele e que rege o bem comum dos membros. Ao considerar isso, Salomão afirmou: *“Onde não há governante, o povo dissipa-se”*³.

De fato, é razoável que isso ocorra, pois, o que é próprio a um, não é o mesmo que aquilo que é comum a muitos. Quanto ao que é próprio, as coisas são separadas, mas quanto ao que é comum, elas são unidas. E

² Eclesiastes IV, 9.

³ Provérbios IV, 14.

como a efeitos diferentes correspondem causas diferentes, além daquilo que move para o bem próprio de cada um, deve existir algo que mova para o bem comum da coletividade. Ora, em todas as coisas que são ordenadas para um fim, há algo outro que as direciona para o fim. Isso ocorre no universo dos corpos onde o primeiro, a saber, o corpo celeste, dirige os demais por ordem da Providência divina e todos os corpos são dirigidos pela criatura racional. No caso do ser humano, a alma dirige o corpo e, entre as partes da alma, a irascível e a concupiscível são dirigidas pela razão.

O mesmo ocorre entre os membros do corpo: um é sempre o principal e dirige a todos, como o coração ou a cabeça. Em toda coletividade, deve haver, portanto, algo que é dirigente. Nas coisas que são ordenadas a um fim, pode ocorrer que algumas sejam de modo correto e outras não. Portanto, também no governo da coletividade, pode ocorrer o correto e o incorreto. Algo é dirigido corretamente quando está ordenado ao fim que lhe é apropriado e incorretamente quando dirigido ao fim que não lhe é apropriado. Ora, um é o fim apropriado à coletividade de homens livres, outro à de escravos, pois o livre existe para si mesmo enquanto o escravo existe para outro. Assim, se a multidão de homens livres é ordenada por um governante para o seu bem comum, o regime será correto e justo, conforme convém aos livres. Mas se o governo for ordenado não para o bem comum da coletividade e sim para o bem privado do governante, o regime será injusto e perverso. Por isso, o Senhor ameaça a tais governantes através de Ezequiel dizendo: *“Ai dos pastores que alimentam a si mesmos (como que procurando apenas os seus interesses): acaso não devem ser os rebanhos alimentados pelos pastores?”*⁴ Os pastores devem buscar o bem do rebanho e os governantes o bem da coletividade sujeita a eles.

Se o regime injusto possui um só governante que governa para seus próprios interesses e não em função do bem da coletividade, dá-se-lhe o nome de tirano, palavra derivada de “força”⁵, porque ele oprime

⁴ Ezequiel XXXIV, 2.

⁵ Tomás segue Isidoro de Sevilha (560-636 d.C.) que, em suas *Etimologias* (Livro IX, 3, 19), explica que, de início, não havia na Grécia antiga distinção entre tirania e realeza. Posteriormente, os gregos começam a denominar tiranos os reis que exerciam o poder pela força.

pela força em vez de governar pela justiça. Daí serem, entre os antigos, todos os homens com poder chamados de tiranos. Todavia, se o regime injusto não possuir apenas um governante, mas vários, ainda que poucos, chama-se oligarquia, ou seja, o principado de poucos, já que esses poucos, em virtude de suas riquezas, oprimem o povo e diferem do tirano apenas quanto ao número. Contudo, se o regime iníquo for exercido por muitos, denomina-se democracia, ou seja, poder do povo, e ocorre quando o populacho, pela força da multidão, oprime os ricos⁶. Nesse caso, a totalidade do povo será como que um único tirano.

Devemos distinguir de modo semelhante os regimes justos. Se for uma coletividade que administra, chama-se o regime pelo nome genérico de politia, e ocorre, por exemplo, quando um grupo de guerreiros exerce o poder em uma cidade ou província. Se forem poucos, mas os virtuosos, o regime é chamado de aristocracia, ou seja, o melhor poder, ou o poder dos melhores, que, por essa razão, são ditos *optimates*. Se o governo justo pertence a um só, esse será propriamente chamado de rei. Por isso, o Senhor, por meio de Ezequiel, disse: “*o meu servo Davi será rei sobre eles e será, de todos, o único pastor*”⁷.

Do que foi dito, fica claro que pertence à noção de rei que ele é único, que governa e que é um pastor que busca o bem comum da coletividade e não o seu interesse próprio.

Como o ser humano precisa viver em comunidade, pois permanecendo solitário ele não será suficiente para prover todas coisas necessárias a sua vida, segue-se que tão mais perfeita será a comunidade formada por muitos quanto mais suficiente ela o for para prover as necessidades da vida. Ora, existe uma certa suficiência para a vida em uma família, ou seja, quanto aos atos naturais de nutrição, de geração da prole e assim por diante. Existe ainda certa suficiência em uma rua⁸, a saber, quanto àquelas

⁶ Tomás segue a divisão proposta por Aristóteles no livro III da *Política*. O filósofo grego diferencia diversos tipos de democracia, mas a palavra não tem o significado que hoje lhe atribuímos.

⁷ Ezequiel XXVII, 24.

⁸ A classificação originária de Aristóteles apresenta três formas de sociedade: a família, a tribo e a cidade. Tomás substitui a tribo pela rua, pois na cidade medieval cada

coisas que pertencem a uma atividade profissional. Na cidade, no entanto, que é a comunidade perfeita, tem-se a suficiência de todas as coisas necessárias à vida, mas mais ainda no caso de uma província, devido à necessidade de lutar em conjunto e do mútuo auxílio contra os inimigos. Assim, aquele que governa a comunidade perfeita, ou seja, a cidade ou a província, chama-se, por antonomásia, rei. Quem governa uma casa não se chama rei, mas páter-famílias, ainda que possua alguma semelhança com o rei, de modo que os reis são chamados às vezes de pais dos povos.

Fica claro que rei é aquele que governa a coletividade de uma cidade ou província para o bem comum. Assim, Salomão afirma: “*O rei impera sobre toda a terra a ele sujeita*”⁹.

Capítulo 2: É mais proveitoso para a cidade ou província ser governada por um do que por muitos

Após essas preliminares, devemos perguntar se é mais proveitoso para uma cidade ou província ser governada por um ou por muitos. Consideremos a pergunta primeiramente a partir do ponto de vista da finalidade do governo: o objetivo de todo governante deve ser o de garantir o bem estar daqueles a quem governa. Assim, é dever do comandante¹⁰ preservar o navio dos perigos do mar e conduzi-lo ileso ao porto seguro. O bem estar e a segurança de uma coletividade de consortes reside em conservar-lhes a unidade que chamamos paz. Se essa for removida, perece a utilidade da vida em sociedade, pois o desacordo da coletividade é algo oneroso a ela própria. Esse deve ser, portanto, o objetivo supremo buscado pelo governante de uma coletividade: procurar a unidade da paz. Ele não precisa deliberar sobre se deve ou não estabelecer a paz para a coletividade a ele sujeita, assim como o médico não delibera se deve ou não curar o doente a ele entregue. De fato, ninguém deve deliberar acerca do fim que deve alcançar, mas apenas acerca dos meios que conduzem ao

profissão era exercida em uma rua. Tinha-se, assim, a rua dos sapateiros, a rua dos açougueiros etc. Com esse exemplo, Tomás deixa claro como um pequeno grupo (rua) é dependente de um maior (cidade).

⁹ Eclesiastes V, 8.

¹⁰ O exemplo está de acordo com o sentido original do verbo latino *gubernare* que significa conduzir um navio. Até hoje presevamos parcialmente esse sentido ao dizermos que um navio, ou mesmo um carro, está desgovernado.

fim. Por isso, após ter recomendado a unidade do povo de fé, o Apóstolo disse: “*Sede atencioso em manter a unidade do espírito nos vínculos da paz.*”¹¹ Portanto, quanto mais eficaz for um regime em conservar a unidade da paz, mais útil ele será, pois dizemos que é mais útil aquilo que melhor conduz a um fim. Ora, assim como a causa mais eficiente para esquentar é algo quente, assim também aquilo que é por si uno pode realizar mais eficazmente a unidade do que aquilo que é muitos. Por conseguinte, o regime de um só é mais eficiente que o de muitos.

Além disso, é evidente que muitos não podem governar a coletividade se estiverem em total desacordo. Eles necessitam de alguma união para poderem, de certo modo, governar, do mesmo modo que muitos não conseguiriam conduzir um navio em uma direção a menos que se unissem de algum modo. Mas dizemos que ocorre a união de muitos quando eles se aproximam de um. Consequentemente, um só homem governa melhor que os muitos que se aproximam para fazer algo uno.

Ademais, as coisas naturais são as melhor ordenadas, pois, em cada coisa, a natureza realiza o melhor. Ora, todo governo natural é governo de um só. Por exemplo, na multidão dos membros do corpo, existe um que é o principal motor: o coração; entre as partes da alma, uma faculdade opera como principal: a razão; entre as abelhas, há um só rei¹² e, em todo universo, há um único Deus, criador e governante de todas as coisas. Ora, há uma razão para isso: toda coletividade deriva de uma unidade. Logo, se as coisas artificiais imitam as naturais (e é tão melhor o artefato quanto mais se assemelha ao que é natural), então necessariamente o melhor para uma coletividade de seres humanos é ser governada por um só.

Isso também é evidente pela experiência. As províncias ou cidades que não são governadas por um só perdem-se em dissensões e agitam-se sem paz. Parece, assim, estar cumprida a queixa que o Senhor fez por intermédio do profeta dizendo: “*Os muitos pastores destruíram minha*

¹¹ Filipenses IV, 3.

¹² Para Aristóteles e para o senso comum antigo e medieval, as abelhas possuíam um rei e não uma rainha.

*vinha*¹³". Ao contrário, as províncias e cidades governadas por um único rei desfrutam da paz, florescem na justiça e gozam de prosperidade. Por isso, o Senhor promete, por intemédio dos profetas, como grande recompensa a seu povo, dar-lhe um único chefe e que "*um único príncipe estará entre eles*¹⁴".

Capítulo 3: O regime tirânico é o pior

Se a realeza é o melhor regime, a tirania é o pior. A democracia opõe-se à politia e, como dissemos, ambas são regimes exercidos por muitos. A oligarquia opõe-se à aristocracia e ambas são exercidas por poucos. Já a realeza e a tirania são exercidas por uma única pessoa. Ora, já mostramos que a realeza é o melhor regime e como o melhor se opõe ao pior, segue-se necessariamente que a tirania é o pior regime.

Ademais, uma força unida é mais eficaz para produção de um efeito do que uma força dispersa ou difusa. Muitas pessoas unidas podem empurrar um peso que separadas ou individualmente não poderiam empurrar. Portanto, assim como é mais útil que uma força operando para o bem esteja unida, pois ela será mais poderosa, da mesma forma uma força operando para o mal será mais nociva se for unida do que se for dividida. Ora, o poder de um chefe injusto orienta-se para o mal da coletividade, transferindo unicamente para si o bem comum da coletividade. Assim, no caso do regime justo, quanto mais o governo for unificado, mais ele será justo. A realeza é mais útil que a aristocracia e essa mais que a politia. No caso do regime injusto, ocorre o contrário: quanto mais o governo for unificado, mais ele será nocivo. A tirania é mais nociva que a oligarquia e essa mais que a democracia.

Além disso, um regime é injusto quando o governante, desconsiderando o bem comum da coletividade, preocupa-se com o seu próprio bem. Por isso, quanto mais ele se afasta do bem comum de todos, mais o regime torna-se injusto. A oligarquia, que procura o bem de poucos, afasta-se mais do bem comum de todos que a democracia, a qual procura

¹³ Jeremias XII, 10.

¹⁴ Ezequiel XXXIV, 24.

o bem de muitos. Afasta-se ainda mais do bem comum no caso tirania, na qual se busca o bem de um só. Ora, um grande número está mais próximo da totalidade que um pequeno e esse mais próximo que a unidade. Portanto, o regime tirânico é o mais injusto.

A mesma conclusão aparece claramente quando se considera a ordem da providência divina, a qual arranja todas as coisas do melhor modo. O bem é produzido nas coisas por uma causa perfeita, como que ajudada por todas as coisas que podem conduzir a ele. Já o mal tem origem em defeitos particulares. De fato, não existe beleza no corpo a não ser que todos os membros estejam apropriadamente dispostos. Já a feiura decorre do fato de algum membro não estar apropriadamente disposto. Sendo assim, a feiura resulta de diversos modos e de diferentes causas, ao passo que a beleza resulta de um só modo e de uma causa perfeita. O mesmo ocorre em todos os bens e males, como por providência divina, de tal forma que o bem é mais forte por possuir uma única causa e o mal mais fraco por possuir diversas causas. Resulta assim que o regime justo é o de uma única pessoa, pois assim poderá ser o regime mais forte. Entretanto, se a justiça faltar, então será melhor que esse regime seja o de muitas pessoas, pois ele será mais fraco e elas se obstruirão mutuamente. Logo, quando há injustiça, o regime mais tolerável é a democracia. O pior é a tirania.

O mesmo ponto torna-se evidente para quem considera os males produzidos pelo tirano que, menosprezando o bem comum, busca o seu bem privado. Ocorre, assim, que ele oprimirá seus súditos de diferentes maneiras, sempre que for afetado por paixões que o levem a desejar certos bens. Ora, aquele que é tomado pela cobiça toma para si os bens de seus súditos. Por isso, disse Salomão: *“O rei justo erguerá sua terra, o homem avaro destruir-la-á”*¹⁵ Caso ele seja subjugado pela paixão da ira, derramará sangue por nada, e assim diz Ezequiel: *“Os seus príncipes são, em seu meio, como lobos na busca da presa para derramar sangue.”*¹⁶ Deve-se, portanto, evitar esse regime, como nos adverte o sábio dizendo: *“Fica longe do homem que possui o poder de matar”*¹⁷, pois ele não mata buscando

¹⁵ Provérbios XXIX, 4.

¹⁶ Ezequiel XXII, 27.

¹⁷ Eclesiastes IX, 18.

a justiça. Age pela força e por desregramento da vontade. Não haverá assim segurança e todas as coisas serão incertas, pois afastou-se do direito. Não poderá haver estabilidade alguma, pois tudo dependerá da vontade de alguém, para não dizer de seus caprichos.

Mas os súditos não serão oprimidos apenas em seus bens materiais, mas ainda em seus bens espirituais, porque os tiranos que desejam ter mais do que é preciso, impedem o progresso de seus súditos, pois consideram toda excelência desses como prejudiciais a sua injusta dominação. Os tiranos suspeitam mais do bem que do mal e a virtude dos súditos sempre lhes causa medo. Assim, esses tiranos esforçam-se para evitar que seus súditos tornem-se virtuosos ou adquiram a magnanimidade para que não combatam a injusta dominação. Esforçam-se ainda por impedir que se firmem laços de amizade entre os súditos e que desfrutem dos ganhos da paz recíproca, para que, não confiando uns nos outros, não possam nada fazer contra a dominação. Para tanto, semeiam a discórdia entre os súditos, alimentam as já existentes e proíbem tudo o que gere associações e cooperação entre os homens, como o casamento, a companhia à mesa e tudo o mais que produza familiaridade ou confiança entre eles. Os tiranos esforçam-se também para evitar que seus súditos tornem-se poderosos ou ricos, pois julgam-os segundo sua própria maldade. Assim como utilizam seu poder e força para prejudicar, temem que o poder e a força dos súditos lhes seja prejudicial. Por essa razão, lemos no livro de Jó o seguinte sobre o tirano: *“O som do medo está sempre em seus ouvidos e quando há paz,”* ou seja, ninguém tentando algum mal contra ele, *“sempre suspeita de traição”*¹⁸.

Vemos também que, quando governantes, que deveriam conduzir seus súditos para a virtude, invejam de uma maneira vil a virtude dos súditos, impedindo que se desenvolvam, poucos virtuosos surgem sob seus governos. Ora, segundo a correta afirmação de Aristóteles, homens bravos surgem entre aqueles que valorizam a bravura. Também Cícero afirma: *“em toda parte, aquilo que é menosprezado não se desenvolve e poucas vezes prospera”*¹⁹. Também é natural que as pessoas educadas sob o temor

¹⁸ Jó XV, 21.

¹⁹ Tusculanas I, 2, 4.

tornem-se servis e mostrem-se pusilânicos frente à toda tarefa que exija coragem e diligência. Isso é o que observamos nas províncias que foram governadas muito tempo por tiranos. Nesse sentido, diz o Apóstolo aos Colonisenses: “Pais, não provoqueis vossos filhos à indignação para que não se tornem pusilânicos”²⁰.

Considerando esses efeitos nocivos da tirania, o rei Salomão afirmou: “O reinado dos ímpios arruina a todos”²¹, pois os súditos são desviados da virtude pelo desregramento do tirano. Disse ainda: “Quando os ímpios governarem, o povo gemerá”²², como que reduzidos à escravidão. E também: “Quando os ímpios levantarem-se, os homens esconder-se-ão”²³ para fugirem da crueldade dos tiranos. E isso não chega a surpreender, pois o ser humano sem a razão e governando pelo desejo de sua alma, em nada difere de uma besta. Por isso, Salomão afirma: “Um leão rugindo e um urso bramindo, tal é o príncipe injusto para com o pobre povo”²⁴. Assim, os homens escondem-se dos tiranos como de bestas cruéis e parece ainda que ser súdito de um tirano é o mesmo que estar entregue a uma besta em fúria.

Capítulo 4. Por que a dignidade real torna-se odiosa aos súditos.

Como o melhor e o pior regime são formas de monarquia, ou seja, de governos de um único, muitos consideram odiosa a dignidade real em virtude dos males da tirania. Muitos, por desejarem ser governados por um rei, acabam a mercê da crueldade do tirano e não raros exercem a tirania sob o pretexto da dignidade real.

Exemplo disso ocorreu claramente na república romana. Quando não podia mais suportar a ostentação real, ou melhor, tirânica, o povo expulsou os reis e instituiu para si cônsules e magistrados pelos quais começou a reger-se e a governar-se, querendo assim transformar a realeza em aristocracia. Salústio comenta afirmando: “É incrível lembrar como pro-

²⁰ Colonisenses III, 21.

²¹ Provérbios XXVIII, 12.

²² Provérbios XXIX, 2.

²³ Provérbios XXVIII, 28.

²⁴ Provérbios XXVIII, 15.

*grediu em tão pouco tempo a cidade de Roma, uma vez obtida a liberdade”*²⁵. De fato, muitas vezes ocorre que, vivendo sob um rei, os súditos esforcem-se menos pelo bem comum, como que estimando não lhes dizer respeito fazer aquilo que a ele conduza, sendo isso tarefa daquele em cujo poder julgam estar o bem comum. Todavia, quando não consideram que o bem comum está nas mãos de um só, não o veem como se fosse de um outro, mas cada um o considera como sendo seu. Mostra-nos assim a experiência que uma cidade administrada por governantes, que se sucedem anualmente, pode fazer mais do que alguns reis que possuem três ou quatro cidades. E os pequenos serviços exigidos pelo rei são mais onerosos do que os grandes serviços impostos pela comunidade de cidadãos. Foi assim no caso da república romana. A plebe alistava-se no exército e pagava-se soldo aos soldados. Mas como o erário público não era o suficiente, “*para o uso público forem entregues as riquezas privadas, a tal ponto que mesmo os senadores não deixaram para si próprios nenhum ouro, a não ser alguns anéis e bulas, insígnias de sua dignidade.*”²⁶

No entanto, os romanos cansaram-se das contínuas divergências que conduziam a guerras civis e, por meio destas, a liberdade, pela qual tanto lutaram, escapava-lhes pelas mãos. Passaram então a submeter-se a imperadores, os quais recusavam-se, em um primeiro momento, a ser chamados de reis, pois esse nome era odioso. Alguns, ao modo dos reis, zelaram fielmente pelo bem público e por esse zelo a república romana foi conservada e prosperou. Mas a maioria deles tornou-se tirano para com os súditos, mas fracos e indolentes para com os inimigos, razão pela qual a república romana acabou reduzida a nada.

Processo semelhante ocorreu com o povo hebreu. Primeiramente, quando governados por juízes, foram atacados de todo modo pelos inimigos, já que cada um fazia o que lhe parecia ser bom. Então, devido a sua perseverança, Deus deu-lhes reis, mas devido a maldade desses, afastaram-se do culto do único Deus e, por fim, foram conduzidos ao cativeiro.

²⁵ Salústio, *A guerra de Catilina*, VI, 7. A passagem é citada por Agostinho de Hipona na *Cidade de Deus*, V, 12.

²⁶ Agostinho de Hipona, *Cidade de Deus*, III, 19.

O perigo surge, portanto, de todo lado, seja quando se evita o melhor regime da realeza por medo do tirano, seja quando, por desejar-se um rei, cai-se na maldade da tirania.

Capítulo 5. É menos ruim uma monarquia converter-se em tirania que uma aristocracia tornar-se corrupta

Entre duas coisas, cada uma delas trazendo consigo um perigo iminente, parece ser mais digna de escolha aquela da qual resultar o menor mal. Ora, se a monarquia converte-se em tirania, isso causa menor mal que quando ocorre a corrupção do regime dos muitos optimates. As divergências, que frequentemente surgem no governo dos muitos, são contrárias ao bem da paz, principal bem da coletividade social. Todavia, esse bem não é destruído pelo tirano, mas perdem-se apenas certos bens dos homens particulares, a não ser que ocorra um excesso de tirania que se volte contra toda a comunidade. Deve-se preferir, portanto, o regime de um só ao de muitos, ainda que em ambos haja algum perigo.

Além disso, parece que se deve mais evitar aquilo do qual se seguem os maiores perigos. Ora, os maiores perigos para a coletividade resultam, mais frequentemente, do regime dos muitos do que do governo de um só. É mais corriqueiro, no governo de muitos, um se desviar da busca do bem comum do que no governo de um só. Quando algum dos muitos governantes afasta-se do bem comum, o perigo de dissensão irrompe na coletividade de súditos, pois a dissensão entre os súditos segue da dos governantes. Todavia, quando apenas um governa, ele olha mais frequentemente para o bem comum. Mas se ele se afastar do bem comum, não se segue imediatamente que ele busque a opressão da totalidade dos súditos, o que seria o cúmulo da tirania e, como acima mostramos, o grau máximo de malignidade de um governo. Portanto, deve-se mais evitar os perigos decorrentes do regime de muitos do que aqueles que surgem do governo de um só.

Ademais, não é menos frequente que o governo de muitos torne-se uma tirania do que o de um só. Ao contrário, isso acontece com maior frequência no primeiro caso. Quando emerge a dissensão no governo de muitos, comumente ocorre que um supere os demais e usurpe o poder

sobre a coletividade. A história ensina-nos isso com clareza. Com efeito, quase todo governo de muitos acabou em tirania e a república romana é o melhor exemplo. Como foi, por muito tempo, administrada por muitos magistrados, surgiram animosidades, dissensões e guerras civis, caindo a república na mão dos mais cruéis tiranos. De modo geral, se consideramos cuidadosamente os fatos passados e mesmo os presentes, encontraremos mais pessoas exercendo a tirania em terras antes governadas por muitos do que por um só. Ora, parece que a realeza, que é o melhor regime, deveria ser evitada pelo risco da tirania. Todavia, a tirania origina-se não menos, mas mais frequentemente no regime de muitos. Segue-se, portanto, que é mais conveniente viver sob o regime de um que sob o de muitos.

Capítulo 6. De que modo evitar que a realeza torne-se tirania?

O governo de um só deve ser o escolhido pois é o melhor. Mas, como mostramos acima, mesmo ele pode transformar-se em tirania, ou seja, no pior governo. Cumpre assim trabalhar com diligência para prevenir que o rei, governante da coletividade, se torne um tirano.

Em primeiro lugar, é necessário que o homem promovido a rei, por aqueles a quem isso compete, seja de tal condição que não seja provável que ele se torne tirano. Assim, Samuel, solicitando a providência divina para a instituição do rei, disse: *“O Senhor procurou um homem conforme a seu coração e o Senhor apontou-o como rei sobre o seu povo”*²⁷. Instituída a realeza, o governo deve ser de tal forma preparado que não surja ocasião à tirania. O seu poder deve, ao mesmo tempo, ser temperado para que não possa facilmente transformar-se nela. Como essas coisas devem ser feitas, é o que veremos na sequência. Por fim, veremos quais os cuidados que devem ser tomados caso o rei revele-se um tirano.

Se a tirania não for excessiva, é mais útil tolerá-la por certo tempo que agir contra o tirano e acabar às voltas com perigos que são mais graves que a própria tirania. Pode também ocorrer que quem age contra o tirano não consiga vencê-lo, tendo assim provocado ainda mais a sua fúria. Todavia, supondo que alguém consiga superar o tirano, podem surgir daí muitas e graves dissensões entre o povo que pode dividir-se

²⁷ I Livro dos Reis XIII, 14.

em facções, seja durante a revolta, seja após a derrocada do tirano e o estabelecimento do novo governo. Às vezes acontece ainda que a coletividade derruba o tirano com o auxílio de alguém que toma o poder e transforma-se em novo tirano. E por temer que façam com ele o mesmo que ele fez, oprime os súditos de modo ainda mais duro. Por isso, acontece muito nas tiranias que a posterior seja mais implacável que a precedente, pois, sem eliminar os antigos sofrimentos, acrescenta novos oriundos da maldade de seu coração. Assim, quando, em Siracusa, todos desejavam a morte de Dionísio, uma certa anciã orava continuamente para que ele permanecesse incólume e vivesse mais que ela. Ao saber disso, o tirano indagou-lhe a razão e obteve a seguinte resposta: *“Quando eu era menina”, disse ela, “tínhamos um terrível tirano e eu desejava sua morte. Quando isso ocorreu, sucedeu-lhe um mais terrível. Eu desejava ver o fim de sua dominação e passamos a ter um terceiro governante, ainda mais terrível, que és tu. Assim, se fores derrubado, outro pior virá no teu lugar.”*²⁸

Alguns foram da opinião que, quando o excesso de tirania for insuportável, seria um ato de virtude para os mais fortes matar o tirano e, em nome da liberdade da coletividade, exporem-se aos perigos da morte. Encontraríamos exemplo disso no Antigo Testamento, pois um certo Aiot matou com uma punhalada na coxa, Agião, rei de Moab, que oprimia o povo de Deus com implacável servidão. Aiot tornou-se assim juiz do povo. Todavia, essa opinião não está de acordo com a doutrina apostólica. Pedro ensina-nos que *“devemos ser submissos não apenas aos senhores bons e moderados, mas também aos severos, pois, em virtude da consciência que temos de Deus, suportar as penas que sofremos injustamente é uma graça”*²⁹. Assim, quando muitos imperadores romanos tiranicamente perseguiram a fé no Cristo, uma grande multidão, tanto de nobres quanto de gente do povo, já havia se convertido a ela e foram louvados não por resistirem, mas por suportarem pacientemente a morte por Cristo. Isso é claro no caso da sagrada Legião Tebana que, embora armada, não resistiu. Aiot deve ser considerado como se tivesse matado um inimigo e não um governante do povo, embora fosse esse um tirano. Lê-se no Velho Testamento que os assassinos de Joás, rei do Judá, que se afastara do culto de Deus, foram

²⁸ Valério Máximo, *Fatos e ditos memoráveis*, VI, 2.

²⁹ I, Pedro 2, 18-19.

mortos e seus filhos poupados, conforme os preceitos da lei.

Seria perigoso para a coletividade e para seus governantes se alguns, por iniciativa privada, tentassem matar o governante, mesmo que ele fosse tirano. De modo mais frequente, são os maus e não os bons que se lançam em perigos desse tipo, pois a eles é oneroso o governo tanto dos reis quanto dos tiranos. Logo, de acordo com Salomão: “*Dissipa os ímpios o rei sábio*”³⁰. Levando-se isso em conta, percebemos por que a coletividade correria mais perigo de perder um bom rei que de ver-se aliviada pela supressão de um tirano.

Parece, portanto, que se deve atuar contra a crueldade do tirano não por iniciativa privada, mas por meio da autoridade pública. Em primeiro lugar, se pertence ao direito de uma coletividade prover para si um rei, então, caso ele abuse tiranicamente do poder real, não é injusto que a coletividade deponha-o ou reduza seus poderes. Não se pode pensar que a coletividade aja com infidelidade ao depor o tirano, mesmo se houvesse antes se submetido a ele perpetuamente. Ao governar a coletividade sem se portar fielmente, como exige o ofício do rei, ele mereceu que os súditos não cumpram o que com ele pactuaram. Os romanos, que haviam tomado por rei a Tarquinio Soberbo, em virtude da tirania sua e de seu filho, retiram-lhe o poder real, substituindo por outro menor, ou seja, pelo consular. Do mesmo modo, Domiciano, que havia sucedido aos imperadores moderados Vespasiano, seu pai, e Tito, seu irmão, quando exerceu a tirania, foi morto pelo senado Romano e todos os atos que perversamente tomara foram anulados, de modo justo e salutar, por *senatusconsulto*³¹. Com isso, o beato João Evangelista, discípulo dileto de Deus, que havia sido exilado pelo próprio Domiciano na ilha de Patmos, pode voltar a Éfeso por um *senatusconsulto*.

Se, de fato, pertence ao direito de uma autoridade superior prover a coletividade de um rei, deve-se esperar dela o remédio contra a inequidade do tirano. Assim, Arquelau, que começara a reinar na Judeia, sucedendo a seu pai Herodes e por imitar as maldades desse, teve uma

³⁰ Provérbios XX, 26.

³¹ Durante a república romana, o senado tinha o poder de promulgar decretos sobre projetos de lei. O *senatusconsulto* é o nome dado a um decreto do senado.

queixa contra si levada a César Augusto pelos judeus. Seu poder foi primeiramente diminuído, sendo-lha retirado o nome de rei e a metade de seu reino foi dividida entre seus dois irmãos. Mas como nem assim ele refreou sua tirania, Tibério César enviou-lhe ao exílio em Lion, cidade da Gália³².

Todavia, se de forma alguma for possível obter auxílio humano contra o tirano, deve-se recorrer a Deus, que reina sobre tudo e que é *“um refúgio nos momentos de tribulação”*³³. Pois está em seu poder abrandar o coração do tirano, como diz Salomão: *“O coração do rei está na mão de Deus, dirigindo-o para onde desejar”*³⁴. Foi ele quem aplacou a crueldade de Assuero, que preparava a morte dos judeus. Foi também ele quem inspirou tamanha devoção ao cruel Nabucodossor que esse se transformou em pregador do poder divino e disse: *“Agora eu, Nabucodonosor, louvo, engrandeço e glorifico o rei celeste porque sua obra é verdadeira e seu caminho justo. Ele pode humilhar os que se portam com soberba”*³⁵.

Todavia, segundo as palavras do Sábio, os tiranos que o Senhor julga indignos de conversão, pode eliminá-los ou reduzi-los a nada: *“Deus destronou os soberbos e em seu lugar colocou os humildes”*³⁶. Vendo a aflição de seu povo no Egito e escutando o seu clamor, afogou o tirano Faraó com seu exército no mar. Foi ainda ele quem não somente expulsou de seu trono o já mencionado Nabucodonosor, quando esse era soberbo, mas ainda o privou da companhia dos homens e deu-lhe a forma de um animal. Seu braço é forte de modo que pode livrar o seu povo da tirania. Por intermédio de Isaias, prometeu a seu povo repouso *“do trabalho, das inquietações e da dura servidão”*³⁷. E, por meio de Ezequiel, disse: *“Libertarei meu rebanho da boca deles”*³⁸, ou seja, da boca dos pastores que alimentam a si mesmos. Mas para que o povo de Deus consiga merecer esse benefício,

³² Gália era a demoninação antiga e medieval da França.

³³ Salmos IX, 10.

³⁴ Provérbios XXI, 1.

³⁵ Daniel IV, 34.

³⁶ Eclesiastes X, 17.

³⁷ Isaias XIV, 3.

³⁸ Ezequiel XXXIV, 10.

deve parar de pecar, pois é por permissão divina que os ímpios recebem poder para vingar os pecados. Com efeito, disse o Senhor por meio de Oséias: *“Dar-te-ei um rei em minha fúria”*³⁹. E no Livro de Jó é dito que *“faz reinar o homem hipócrita em virtude dos pecados do povo”*⁴⁰. Portanto, a culpa deve ser eliminada para que cesse a praga dos tiranos.

(...)

Capítulo 12. Recapitulação do primeiro livro

Os reis possuem bens temporais em abundância e Deus prepara-lhes um grau sublime de felicidade. Já os tiranos são frequentemente frustrados dos bens temporais que almejam, estão sujeitos a muitos perigos e, acima de tudo, são privados dos bens eternos, sendo-lhes reservadas as mais graves penas. Por isso, aquele que recebe a função de governar deve realmente considerar bem todas essas coisas e se apresentar como rei e não como tirano para os seus súditos.

O que é a realeza, que é bom para a coletividade possuir um rei e que o governante deve mostrar-se como um rei a seus súditos e não como um tirano, foi isso o que apresentamos acima.

LIVRO II

Capítulo 1. Os deveres do rei

Devemos agora considerar quais são os deveres do rei e de que modo deve ele portar-se. Ora, dado que as coisas que são feitas pela arte imitam aquelas que são feitas pela natureza e que, a partir dessas, aprendemos a como agir de acordo com a razão, o melhor a fazer é considerar os deveres do rei baseando-nos na forma dos governos naturais.

Entre as coisas naturais, encontramos dois regimes: o particular e o universal. O universal é o governo de Deus, porque a providência divina governa todas as coisas. O particular é o dos seres humanos e é

³⁹ Oséias XIII, 11.

⁴⁰ Jó XXXIV, 30.

o que mais se aproxima do regime divino e por isso se chama microcosmo, já que nele encontramos a forma do regime universal. Assim como a totalidade das criaturas corpóreas e espirituais estão sujeitas ao regime divino, do mesmo modo, os membros do corpo e as forças da alma são governados pela razão. Logo, a razão está, de certo modo, para o homem como Deus está para o mundo.

Contudo, como acima foi mostrado, o ser humano é um animal naturalmente social que vive em coletividade. Assim, a semelhança com o governo divino manifesta-se no ser humano não somente enquanto a razão rege as demais partes do homem, mas ainda quanto ao fato de a coletividade ser regida pela razão de um único ser humano. E esse é o dever supremo do rei. Em alguns animais que vivem em sociedade, encontramos alguma semelhança com esse regime, como no caso das abelhas, que se diz terem rei, mas não porque exista aí um governo da razão e sim um governo do instinto natural incutido pelo sumo governante, que é o autor da natureza.

Portanto, o rei deve saber que o seu dever é ser no reino como a alma para um corpo ou como Deus no mundo. Se refletir cuidadosamente sobre isso, acenderá nele, por um lado, o zelo pela justiça quando considerar que foi aí posto para exercer, no lugar de Deus, o julgamento no reino. Por outro, adquirirá o alívio da calma e da clemência por considerar cada um dos súditos como membros de seu corpo.

Capítulo 2. Os deveres do rei ao instituir a cidade ou o reino

Devemos considerar o que Deus faz no mundo para que fique claro o que deve o rei fazer. De modo geral, duas obras de Deus devem ser examinadas: a que cria o mundo e a que o governa. A alma executa, no corpo essas mesmas duas tarefas. Em primeiro lugar, o corpo recebe forma em virtude da alma. Em segundo, o corpo é regido e move-se pela alma. Dessas duas, é a segunda que melhor pertence ao ofício de rei. Assim, a função de regência pertence a todos os reis e a própria palavra rei origina-se de “o governo daquele que rege”. Todavia, a primeira tarefa não pertence a todos os reis, pois nem todos instituem a cidade ou o reino que governam, mas ocupam-se de uma cidade ou reino já previa-

mente instituído.

Devemos considerar que, se alguém não tivesse instituído a cidade ou o reino, não haveria onde reinar. Sendo assim, pertence também ao ofício de rei a criação da cidade ou do reino. Alguns, de fato, instituíram cidades nas quais reinaram, como Nino, que fundou Ninive, e Rômulo, que fundou Roma. Do mesmo modo, pertence também ao ofício de governar a conservação das coisas governadas e o uso delas para o fim a que foram constituídas. Não é possível, portanto, conhecer os deveres ligados ao ato de governar sem conhecer o motivo de sua instituição.

A razão para instituição do reino deve ser buscada no exemplo da criação do mundo. Deve-se considerar primeiramente a produção das coisas e, em seguida, a ordem distintiva das partes do mundo. Percebe-se, assim, haver uma distribuição das diversas espécies de coisas em cada parte do mundo, como as estrelas no céu, as aves no ar, os peixes na água e os animais na terra. Observa-se depois que cada qual foi abundantemente provido pela divindade das coisas de que necessita. Moisés exprimiu de modo sutil e cuidadoso a razão para essa instituição. Em primeiro lugar, apresenta a produção das coisas dizendo: *“No início, Deus criou o céu e a terra”*. Em seguida, afirma que todas as coisas foram distinguidas pela divindade segundo uma ordem apropriada, a saber, o dia da noite, as coisas superiores das inferiores, o mar da terra. Após, apresenta o céu ornado com luzes, o ar com as aves, o mar com os peixes e a terra com os animais. Por último, foi atribuído ao ser humano o domínio sobre a terra e os animais e o uso das plantas foi conferido aos homens e aos animais pela providência divina.

Ora, aquele que institui a cidade ou o reino não pode novamente criar os homens, os lugares para habitação e os demais recursos para a vida. Precisa, portanto, usá-los tal como existem na natureza, do mesmo modo como as demais artes retiram da natureza a sua matéria. Por exemplo, o ferreiro usa, em sua arte, o ferro e o construtor usa as madeiras. Assim, o criador de uma cidade ou reino necessariamente escolhe um lugar apropriado que conserve a saúde dos habitantes, que seja suficientemente fértil para a subsistência deles, agrade pela beleza e ofereça proteção contra os inimigos. Se faltar alguma dessas coisas necessárias,

o lugar será tanto mais apropriado quanto mais as possuir. Em seguida, é necessário que distribua o local escolhido para a instituição da cidade ou do reino de acordo com as exigências de uma cidade ou reino perfeito. Por exemplo, se um reino for criado, faz-se necessário determinar um local apto à construção de cidades, de vilarejos, de castelos, os locais destinados aos estudos, ao exercício dos soldados, aos mercados, e assim para todas as coisas que a perfeição de um reino exige. Se precisar criar uma cidade, deverá determinar qual local será reservado às coisas sagradas, qual à justiça e qual aos diversos tipos de artesãos. Em seguida, será preciso reunir homens que serão repartidos segundo o local apropriado a cada profissão. Também deve providenciar que cada um receba as coisas necessárias segundo sua condição e *status*. De outro modo, a cidade ou o reino não poderá perdurar.

Essas são, portanto, de modo sumário, as coisas que pertencem ao dever do rei ao instituir a cidade ou reino de modo semelhante à criação do mundo.

Capítulo 3. O governo humano segue o governo divino

Do mesmo modo como a instituição da cidade ou do reino segue a forma de criação do mundo, assim também deve-se compreender o que seja o governo humano a partir do governo divino. De início, deve-se levar em conta que governar é conduzir de modo apropriado o governado ao fim devido. Um navio é governado quando, por meio da habilidade do comandante, é conduzido ileso ao porto pela rota adequada. Logo, se uma coisa está ordenada a um fim que lhe é externo, como o navio ao porto, pertence ao dever do governante não apenas conservá-la ileso, mas, além disso, conduzi-la ao fim. Contudo, se existe algo cujo fim não lhe é externo, o único objetivo do governante consiste em conservá-lo ileso em sua perfeição. Mas nada desse modo existe, a não ser o próprio Deus, que é o fim de todas as coisas. Quanto, portanto, ao que é ordenado a um fim extrínseco, o cuidado pode ser exercido de diversos modos e por diferentes fatores. Ora, talvez algo cuide para que a coisa conserve a sua existência e algo outro para que obtenha uma outra perfeição, como ocorre no caso do navio (de onde nos vem a noção de governo). O carpinteiro cuida de restaurar se algo se quebrou no navio, enquanto o coman-

dante faz com que o navio chegue ao porto. O mesmo acontece com os seres humanos. O cuidado do médico faz com que eles conservem a vida, o administrador da casa cuida das coisas necessárias à vida, o professor faz com que conheçam a verdade e o tutor cuida dos costumes e que vivam de acordo com a razão.

Ora, caso o ser humano não se ordenasse a um bem extrínseco, os cuidados acima lhe bastariam. Existe, no entanto, um bem extrínseco ao ser humano, enquanto viver sua vida mortal, a saber a derradeira beatitude que consiste na fruição da visão de Deus após a morte. Pois, como o Apóstolo disse: *“Enquanto estamos no corpo, perigramos para longe do Senhor”*⁴¹. Por isso, o cristão, para o qual a beatitude foi conferida pelo sangue de Cristo e que, para obtê-la, recebeu a promessa do Espírito Santo, necessita do cuidado espiritual para o qual é dirigido ao porto da salvação eterna. Esse cuidado é oferecido pelos ministros da Igreja de Cristo.

O mesmo argumento acerca do fim do indivíduo deve também ser aplicado à coletividade como um todo. Se o fim último do ser humano fosse um bem que existisse no próprio homem, então o fim último da coletividade que é governada seria que ela adquirisse tal bem e o conservasse. Logo, se o fim último, seja do indivíduo, seja da coletividade, fosse a vida e a saúde do corpo, o médico deveria ser o govenante. Se o fim fosse a abundância das riquezas, o rei da coletividade deveria ser um administrador. Se o conhecimento da verdade fosse um bem tal que a coletividade pudesse alcançá-lo, a função de rei caberia ao professor.

Parece, todavia, que o fim último da coletividade associada é viver de acordo com a virtude. Com efeito, os seres humanos agrupam-se para que juntos vivam bem, algo que cada um isoladamente não poderia conseguir. Ora, a boa vida é aquela segundo a virtude. A vida virtuosa é, portanto, o fim em virtude do qual os seres humanos passam a viver conjuntamente. Isso é comprovado pelo fato de que somente aqueles que se auxiliam mutuamente no bem viver são participantes da coletividade. Caso os seres humanos associassem-se unicamente para o viver, os animais e os escravos também integrariam a comunidade civil. Se a associação fosse apenas para a obtenção de riquezas, todos os comerciantes

⁴¹ II, Coríntios V, 6.

pertenceriam a uma única cidade. Agora, vemos que somente podem ser computados em uma mesma coletividade aqueles que sob as mesmas leis e governo são dirigidos ao bem viver.

Entretanto, ao viver de acordo com a virtude, o ser humano é ordenado a um fim superior, que consiste na fruição divina, como acima mostramos. Ora, é preciso que o fim para a coletividade seja o mesmo que para o indivíduo. Portanto, o fim da coletividade não pode ser o viver de acordo com a virtude, mas, através da vida virtuosa, alcançar a fruição divina. Caso esse fim pudesse ser alcançado pela virtude da natureza humana, seria dever do rei dirigir os seres humanos para esse fim, uma vez que supomos ser rei aquele a quem é confiada a suprema autoridade nos assuntos humanos. Ora, um governo é tão mais sublime quanto mais alto é o fim a que ele está ordenado. Além disso, quem comanda é aquele a quem pertence o fim último, pois os comandados são aqueles que são direcionados ao fim último. Por exemplo, sendo o comandante a quem compete dispor sobre a navegação, ele direcionará aquele que constrói o navio, dizendo como deve ser embarcação para que seja apropriada à navegação. A autoridade civil, que deve usar as armas, diz para o fabricante quais armas ela deseja.

Todavia, como o ser humano não consegue obter a fruição divina pela virtude humana, mas apenas pela virtude divina, segue-se que não faz parte do governo humano, mas do divino, conduzir ao fim último. Assim, o Apóstolo diz: *“Na graça de Deus reside a vida eterna”*. Esse tipo de governo pertence àquele que não é apenas homem, mas também Deus, a saber, a nosso Senhor Jesus Cristo que, tornando os seres humanos filhos de Deus, introduziu-os na glória celeste. Esse é o governo entregue a ele, que jamais se corromperá e pelo qual ele é chamado nas Escrituras não apenas sacerdote, mas rei, como diz Jeremias: *“O rei reinará e será sábio”*⁴² e, por isso, o sacerdócio real provém dele e, o que é mais importante, todos os fiéis à Cristo, enquanto são membros dele, denominam-se reis e sacerdotes. O ministério desse rei foi concedido não aos reis, mas aos sacerdotes, a fim de que as coisas espirituais ficassem distintas das terrenas. E entre todos, principalmente ao Sumo Sacerdote, o sucessor de

⁴² Jeremias XXIII, 5.

Pedro, vicário de Cristo e Pontífice Romano, a quem devem estar submetidos todos os reis do povo cristão, da mesma forma que estão ao próprio Senhor Jesus Cristo. Como foi dito, aqueles que cuidam dos fins intermediários, devem submeter-se àquele que cuida do fim último.

(...)

Capítulo 4. A principal preocupação do rei são os meios pelos quais a coletividade a ele sujeita vive bem

Assim como a vida bem vivida na terra ordena-se à vida beata que almejamos no céu, do mesmo modo a boa vida da coletividade ordena-se como fim a todos os bens particulares que os seres humanos buscam, como as riquezas, os lucros, a saúde, a eloquência e a erudição. Se, como dissemos, aquele que cuida do fim último possui primazia sobre os que cuidam das coisas que se ordenam a esse fim, devendo dirigi-los por suas ordens, então parece evidente que o rei, que deve sujeitar-se ao governo divino administrado pelo ofício do sacerdócio, deve ter primazia sobre todos os demais ofícios humanos, os quais devem ser governados por suas ordens.

Todo aquele que tem a incumbência de fazer algo que subordina-se a um fim, deve atentar para que sua obra seja adequada ao fim. Por exemplo, o fabricante faz uma espada de modo a ser apropriada à luta e o construtor deve construir a casa de modo que seja apropriada à habitação. Ora, dado que o fim da vida que aqui bem vivemos é a beatitude celeste, então pertence ao dever do rei buscar as coisas necessárias à boa vida da coletividade e que estão de acordo com a beatitude celeste. Assim, ele deve, dentro do possível, incentivar o que conduz à beatitude celeste e proibir o contrário.

Conhecemos pela lei divina quais são as coisas que conduzem à verdadeira beatitude e quais são as impeditivas dela. Ora, o ensino dessa doutrina pertence ao ofício do sacerdote, conforme Malaquias: “*Os lábios dos sacerdotes guardarão a ciência e a lei será buscada em sua boca*”⁴³. Por isso, o Senhor estabelece no Deuteronômio: “*Quando tiver sentado no trono de*

⁴³ Malaquias II, 17.

seu reino, copiará para si, em um volume, o Deteronômio desta lei, a partir de um exemplar dos sacerdotes da tribo levítica. Guardará o volume junto a si e o lerá todos os dias de sua vida para apreender a temer o Senhor seu Deus e conservar suas palavras e cerimônias que estão previstas na lei”⁴⁴.

Educado na lei divina, o rei deve possuir como sua principal preocupação os meios pelos quais a coletividade a ele sujeita viva bem. Essa preocupação divide-se em três aspectos. Em primeiro lugar, o rei deve instituir a boa vida na coletividade a ele sujeita. Em segundo, deve conservar o que foi alcançado e, em terceiro, deve buscar a melhoria do que foi alcançado e conservado.

Duas coisas são necessárias para a vida de um homem. Uma principal, que é o agir de acordo com a virtude, uma vez que a virtude é aquilo pelo que se vive bem. A outra é secundária e como que instrumental, a saber, a existência suficiente daqueles bens necessários ao agir virtuoso. A unidade do ser humano é causada pela natureza, ao passo que a unidade da coletividade, que é denominada paz, deve ser produzida pela ação do governante. Logo, três coisas são necessárias à instituição da boa vida da coletividade. Primeiramente, que a coletividade esteja constituída na unidade da paz. Em segundo lugar, que a coletividade, pelo vínculo da paz, dirija-se ao bem agir. Assim como o ser humano não pode agir bem a não ser que se suponha a unidade de suas partes, do mesmo modo, a coletividade de homens é impedida de agir bem quando lhe falta a unidade da paz e os homens brigam entre si. Em terceiro lugar, que, pela ação do governante, sejam garantidos, em quantidade suficiente, os bens necessários para o bem viver.

Após ter sido a boa vida alcançada pela coletividade mediante os esforços do rei, é necessário que ele busque a conservação do que foi alcançado. Ora, há três coisas que obstaculizam isso, uma delas sendo de proveniência natural. O bem da coletividade não deve ser instituído para uma única época, mas sim de tal modo a que seja perpétuo. Todavia, os seres humanos são mortais e não podem durar perpetuamente. Mesmo durante a vida, não desfrutam sempre do mesmo vigor, já que a

⁴⁴ Deuteronômio XVII, 17-18.

vida humana sofre muitas variações que nos impede de realizarmos as mesmas coisas sempre do mesmo modo durante toda a vida. O segundo obstáculo à conservação do bem público tem causa interna e consiste na perversidade da vontade dos seres humanos, seja pela preguiça de executar o que é exigido pelo bem público, seja sobretudo por que são hostis à paz da coletividade, pois, transgredindo a virtude, perturbam a paz dos outros. O terceiro obstáculo à conservação do bem público tem causa externa e ocorre quando a paz é destruída pelo ataque dos inimigos e o reino ou a cidade é completamente destruída.

O rei deve tomar três providências contra esses três obstáculos. Primeiramente, deve cuidar da sucessão e da substituição dos homens que exercem as diferentes funções. No caso do governo divino, há previsão de substituição das coisas que não duram sempre e se corrompem, o que ocorre pela geração de novas coisas, conservando-se assim a integridade do universo. Do mesmo modo, o rei deve estar atento e cuidar para que os bens da integralidade da coletividade sejam preservados, providenciando o modo pelo qual serão substituídos os que desaparecerem. Em segundo lugar, deve incentivar as obras virtuosas e desencorajar a iniquidade dos seus súditos através de suas leis e preceitos, penas e prêmios. Deve seguir assim o exemplo de Deus que deu leis aos homens conferindo recompensas a quem as obedece e penalidades aos transgressores. Em terceiro lugar, o rei deve cuidar para que a coletividade a ele sujeita permaneça em segurança contra os inimigos. De nada adiantaria evitar os perigos internos se não fosse possível defender-se dos perigos externos.

Por fim, há um terceiro dever que pertence ao rei para instituir o bem da coletividade e que consiste no cuidado com o seu progresso. Assim, no que diz respeito às duas coisas acima, deve corrigir o que não está em ordem, suprir o que está em falta e aperfeiçoar o que pode ser melhorado. Do mesmo modo, o Apóstolo adverte os fiéis que busquem sempre os melhores dons.

Esses são, portanto, os deveres do ofício de rei que ele precisa observar de modo cuidadoso.